
REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 35 No. 3 Setembro - Dezembro 2022

ARTIGO

ESCAVANDO EM CAMPO MINADO: AS PAISAGENS ARQUEOLÓGICAS DE CONFLITOS BÉLICOS

Jaisson Teixeira Lino*

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões e exemplos de paisagens arqueológicas de guerras e outros conflitos bélicos, em sua intersecção com o chamado campo da “arqueologia do conflito”. Conjugando importantes pesquisas e publicações sobre o assunto com relatos de experiências do autor, constitui-se um debate introdutório a respeito das especificidades e potencialidades desta promissora área, cuja ciência arqueológica vem somar aos estudos de outras áreas, agregando informações sobre as contendidas bélicas do passado: da pré-história à atualidade.

Palavras-chave: arqueologia do conflito; paisagens de guerra; patrimônio cultural.

* Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Pós-doutor em Arqueologia pela Universidade de Amsterdã, Países Baixos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5582-526X>
E-mail: lino@uffs.edu.br.

DIGGING IN A MINEFIELD: THE ARCHAEOLOGICAL LANDSCAPES OF CONFLICTS

ABSTRACT

This article reflects on examples of archaeological landscapes of wars and other conflicts, in their intersection with the field of “conflict archaeology.” By combining important research and publications on the topic with experience reports, this paper constitutes an introductory debate to the specificities and potentialities of this promising field, whose archaeological science adds to the studies in other areas, bringing information about the conflicts of the past: from prehistory to the present day.

Keywords: conflict archaeology; landscapes of conflict; cultural heritage.

EXCAVANDO EN CAMPO MINADO: LOS PAISAJES ARQUEOLÓGICOS DE LOS CONFLICTOS BÉLICOS

RESUMEN

Este artículo presenta reflexiones y ejemplos de paisajes arqueológicos de guerras y otros conflictos bélicos en su intersección con el campo denominado “arqueología del conflicto”. Desde importantes investigaciones y publicaciones sobre el tema y relatos de las experiencias del autor, se constituye un debate introductorio sobre las especificidades y potencialidades de este prometedor campo, cuya ciencia arqueológica se suma a los estudios de otras áreas, aportando información sobre los conflictos del pasado desde la prehistoria hasta la actualidad.

Palabras clave: arqueología del conflicto; paisajes del conflicto; patrimonio cultural.

INTRODUÇÃO

Desde o princípio dos tempos, a ação humana provoca transformações permanentes na paisagem. Dentre as mais marcantes, estão as transformações ocasionadas pelas guerras, que alteram formações naturais pouco modificadas antropicamente, e mudam drasticamente as feições culturais materiais pretéritas, como monumentos pré-históricos, cidades, complexos de produção agrícola, entre outros. Por esta razão, então, chama atenção que tais conflitos, de maior ou menor porte, tenham tido tão pouco interesse daqueles cujo objeto principal de estudo é a “paisagem cultural”. Neste sentido, os arqueólogos e estudiosos do patrimônio cultural têm predominado neste campo de atuação, seja escavando campos de batalha ou analisando monumentos celebrativos.

Este artigo constitui um debate introdutório a respeito do estudo das paisagens arqueológicas dos conflitos em seu estado da arte e em suas projeções futuras, considerando as importantes implicações desta área, cuja relevância para a comunidade internacional de pesquisadores cresce a cada dia, embora no Brasil ainda caminha a passos lentos e com estudos pontuais, sem constituir uma comunidade cujo intuito seja observar os conflitos com foco central nas materialidades a eles associadas.

PAISAGENS E MATERIALIDADES DE GUERRAS E CONFLITOS

Os conflitos bélicos certamente integram o rol de atividades humanas que mais impactam a superfície da terra, e, por vezes, também o subsolo e as paisagens marítimas. Nesse sentido, chama a atenção a quantidade de elementos passíveis de pesquisa para todos aqueles que se dedicam, sobretudo, à cultura material, pois, como consequência destes conflitos, emerge uma nova configuração material, passível de estudos em diferentes áreas do conhecimento humano.

A palavra que melhor descreve as consequências destes conflitos, cuja repercussão pode acarretar a perda de vidas humanas (e demais seres vivos) e a destruição das materialidades anteriormente citadas, é impacto. Há então, uma questão de escala que não pode ser ignorada: guerras de grandes dimensões como a Primeira ou Segunda Guerra Mundial transformam muito mais esta cultura material e, conseqüentemente, criam inúmeras novas materialidades, se comparadas ao número de alterações que provocam as contendas de menor escala, como revoltas operárias, massacres, protestos, ou guerras de curta duração, das quais há centenas de exemplos na história da humanidade.

A “paisagem arqueológica de conflitos” é aqui conceituada como toda a materialidade criada em razão de atos de violência, partindo de conflitos isolados até episódios bélicos de longa duração. Coloca-se, neste “pacote” tipológico, também, aspectos que envolvem ditaduras, escravidão, repressão, resistência, greves e manifestos; tudo aquilo que possa produzir cultura material como “artefatos” (sem discriminação de escala métrica) e, possa, assim, ser estudado sob uma ótica arqueológica.

De qualquer modo, os fatos dos eventos violentos e o contexto de pós-conflito tem a mesma relevância enquanto objetos de estudo a partir de uma matriz epistemológica, conceitual e metodológica advinda da arqueologia.

Os profissionais da arqueologia são privilegiados enquanto estudiosos das paisagens culturais dos conflitos, uma vez que, durante seu processo de formação, seu olhar é treinado para que se direcione às coisas, às estruturas e, assim, submeta a paisagem do conflito às lentes metodológicas da arqueologia, que são, em comparação com a maioria das outras áreas, sobretudo das ciências humanas, diferentes. Os profissionais da história, por exemplo, em sua maioria, abandonaram o interesse pelas dimensões materiais da cultura. De acordo com Vítor Oliveira Jorge (1990), a arqueologia e a história buscam o mesmo objetivo: construir versões sobre o passado. Contudo, diferem nos meios para chegar a esse fim.

Por assim ser, então, Rahtz (1989) explica a “mania” que os arqueólogos têm de, mesmo estando em período de férias, perscrutar lugares, coisas, estruturas e, assim, evitar “feriados sem graça”.

Cabe destacar que não há estudo produtivo das paisagens de conflitos sem a concorrência de outras áreas do conhecimento, naquilo que se pode chamar de estudo interdisciplinar. Arqueologia, História, Geografia e Estudos do Patrimônio são ciências humanas indispensáveis para a empreitada dos estudos sobre os conflitos com especial ênfase na cultura material.

Assim procedendo, os resultados podem mostrar-se instigantes. Uma contribuição significativa, por exemplo, pode ser uma relação complementar (e, portanto, não suplementar e, conseqüentemente, subordinada) já apontada por Funari (2003) entre as fontes materiais (império da arqueologia), escritas, iconográficas e orais (domínios da história).

Desde a década de 1980, consolida-se, um campo de pesquisa que tem se debruçado sobre estudos arqueológicos de atos de violência em geral. A esse respeito, há que se salientar, é incerto definir as origens bem-marcadas de tal movimento epistemológico na arqueologia; por pressuposto, é possível observar a existência de uma “arqueologia do conflito”, assim como existem outras arqueologias (do gênero, da paisagem, do capitalismo, entre outras). Algumas pesquisas a este respeito, porém, são canônicas, no que diz respeito às origens desta subárea, conjugadas com a formação de tudo aquilo que compõe um novo campo acadêmico, a saber: criação de associações, congressos e publicações específicas sobre o tema/subárea.

Para Carman (2013), destacam-se dois estudos pioneiros na área: a pesquisa da Batalha de Aljubarrota, ocorrida em 14 de agosto de 1385, que opôs portugueses e ingleses contra os castelhanos. Por ser um episódio marcante e decisivo na fundação da nacionalidade lusitana, o campo onde ocorreu a contenda foi intensamente pesquisado por estudiosos da Universidade de Coimbra, nos anos 1980, inclusive com análises detalhadas dos esqueletos encontrados (FERNÁNDEZ *et al.*, 2015; PIRES, 2019).

Nesta mesma época, desenvolveu-se uma minuciosa pesquisa no local da Batalha de Little Big Horn, ocorrida em 25 de junho de 1876, que opôs o exército norteamericano e uma coalizão de povos indígenas, culminando, inclusive, na morte do afamado General Custer. Os pesquisadores, liderados pelo arqueólogo Douglas C. Scott, investiram, em sua pesquisa, em técnicas que incluíam estudos balísticos, provendo informações precisas sobre a posição dos atiradores, os tipos de armas utilizadas e até os movimentos ocorridos de lado a lado no decorrer da batalha (SCOTT, 2013).

Não se trata de afirmar que não houve estudos anteriores cujo objeto de pesquisa resultasse na “arqueologia do conflito”; há inúmeros registros de outros trabalhos que podem ser enquadrados neste campo, como pesquisas sobre fortificações antigas, medievais e modernas. Contudo, o campo de atuação, de existência autônoma e com características específicas do estudo arqueológico dos conflitos, caminha ainda por uma jornada de maturação, de identidade, de criação de uma comunidade cujos profissionais possam intitular-se especialistas em “arqueologia do conflito” a partir da época supracitada, chegando aos dias de hoje com um *corpus* teórico, metodológico e conceitual estimulante e diverso, com avanços consideráveis em vários países, como Inglaterra e Estados Unidos¹.

Desde o princípio do processo de criação deste campo de estudos, uma bibliografia especializada (incluindo uma revista própria sobre o tema – *Journal of Conflict Archaeology*)²

¹ Para um balanço histórico do desenvolvimento da arqueologia do conflito, ver Carman (2013).

² Pollard e Banks (2005) desenvolvem em pormenor as razões de criação dessa revista.

registra as contribuições que a “arqueologia do conflito” traz para as paisagens de conflitos em particular, e para a arqueologia como um todo. Como em quase todas as áreas classificadas e batizadas, há aqui também aquilo que em outro momento o autor, junto com James Symonds e Pedro Paulo Funari, de “uma batalha de denominações” (LINO; SYMONDS; FUNARI, 2018).

O autor optou por utilizar, neste artigo, o termo “arqueologia do conflito”, por entender que ele abarca todas as atividades humanas do passado que envolveram atos de violência e resultaram em materiais de estudo para a arqueologia.

Entretanto, outras expressões concorrem nesta batalha pela predominância das denominações da área, como “arqueologia dos campos de batalha”, “arqueologia da violência”, “arqueologia militar”, “arqueologia do combate”, dentre outras. Todos estes termos mostram-se limitados, ou mais limitados que o uso da palavra “conflito”, que remete a qualquer escala de violência que se estude.

Carman (2013) propõe que sejam divididas as denominações por meio de recortes cronológicos que, por seu turno, dizem mais ou menos respeito ao modo como se travavam os conflitos, ou, pelo menos, os conflitos mais notórios, que são as guerras. Para a pré-história e contextos de outros períodos envolvendo sociedades tradicionais (indígenas, aborígenes, africanas) propõe a expressão *warfare archaeology*, de difícil tradução no português, mas que pode ser compreendida como “contendas bélicas”, ou como guerras específicas de sociedades tradicionais, pré-históricas ou não.

O segundo é o de “arqueologia dos campos de batalha”, e envolve guerras do mundo ocidental desde a antiguidade clássica até a modernidade do século XIX, cuja maior característica é a própria existência de um campo de batalha, resultante, de modo geral, de um combate aberto, muitas vezes com fortificações presentes.

Desde o final do século XIX até os dias atuais, o termo “arqueologia do conflito” é caracterizado pela guerra industrial, pelas guerras de guerrilha, pelas repressões ditatoriais, e pelo seu elemento canônico: a trincheira. Todavia, o livro de Carman (2013) chamado “Arqueologias do Conflito” denota, uma vez mais, que este termo parece ser, de fato, o mais adequado e, pelo que é possível perceber, está na frente na “guerra” das denominações.

A “arqueologia do conflito” produz resultados deveras interessantes quando conjugada aos aportes teórico-metodológicos da arqueologia da paisagem, uma vez que todo conflito gera lugares de interesse distribuídos, por vezes em um amplo espaço territorial.

Definida como a área que estuda as relações da cultura material e seus impactos em uma determinada territorialidade, o intuito da “arqueologia da paisagem” é entender o objeto de estudo por meio de um viés de conjunto, de integração e relação entre os diferentes pontos da paisagem que foram submetidos a ações conflituosas.

Assim, o campo de batalha (para dar um exemplo) só pode ser estudado em sua relação com os acampamentos, esconderijos, trincheiras, estruturas de retaguarda, hospitais, túneis, fortificações e outros. Nesse sentido, como as paisagens culturais são formadas de palimpsestos de ocupação humana que se estendem no decorrer do tempo, elas contribuem com análises das feições culturais e um determinado território no antes, no durante e no pós-conflito.

É de suma importância que se perceba isto para que seja possível compreender e integrar os dados que compuseram as diferentes camadas culturais e, quando possível, analisar as diferentes camadas (como em uma estratigrafia arqueológica) de ocupação, quais outras estruturas estão associadas aos conflitos, quais os impactos nas paisagens pretéritas e quais as consequências da guerra após seu fim.

Nas pesquisas do autor e de outros colegas sobre a Guerra do Contestado, tentou-se empregar as percepções e métodos da arqueologia da paisagem, não excluindo as feições

do território impregnadas de simbolismo para a população envolvida no conflito. Partindo deste pressuposto, surgiu um novo estudo que conjugou pelo menos três camadas na paisagem: o sagrado (grutas, cruzeiros, fontes d'água), o capital (ferrovias e madeireiras) e o conflito em si (campos de batalha, redutos, acampamentos. Ver síntese em LINO; SYMONDS, 2021).

Portanto, a paisagem (e para o caso deste texto, a paisagem de conflito), torna-se o objeto de estudo da arqueologia, em que objetos e sítios são abordados a partir de determinada amplitude espacial e, deste modo:

a arqueologia da paisagem estuda um tipo específico de produto humano (o espaço físico) para criar uma nova realidade (o espaço social: humanizado, econômico, agrário, habitacional, político, territorial...) mediante a aplicação de uma ordem imaginada (o espaço simbólico: sentido, percebido, pensado...). (BOADO, 1999, p. 6-7)

Para Branton (2009, p. 51-52), a paisagem é concebida como determinados espaços em que se desenvolvem as ações humanas, sendo caracterizadas justamente por esta inter-relação entre ambiente e ação humana. Por seu turno, esse arqueólogo discute as implicações que os conceitos de espaço e lugar, difíceis de definir, possuem para o fazer arqueológico. O espaço seria o meio físico em que as atividades humanas se desenvolvem, marcando a paisagem com lugares, que, por sua vez, possuem significado muito variável, podendo, em linhas gerais, dizer-se que são os pontos no espaço cuja ação humana é marcada, seja de modo material, seja de modo simbólico.

Diante desses conceitos geográficos, os arqueólogos se esforçaram para criar um campo específico da disciplina que desse conta das relações materiais para além de um ou mais conjuntos de sítios, isolados da contextualização de seu entorno e da relação com demais feições na paisagem que não necessariamente receberiam a definição clássica de sítio arqueológico. Eis que surge a arqueologia da paisagem para tentar contemplar parte dessas problemáticas. Sua definição também é muito fluída, dependente das opções teóricas as quais o pesquisador esteja associado e, como demonstraram Knapp e Ashmore (1999, p. 4), há inclusive diferenciações conceituais devido aos países de origem em que vivem os arqueólogos. Branton (2009, p. 52-53) explica que o termo “arqueologia da paisagem” tem sido utilizado basicamente com dois propósitos diferentes. Primeiro, é usado como unidade de escala para superar a tradicional ideia de sítio arqueológico como unidade básica de estudo, podendo-se pesquisar o passado sob diferentes escalas, muito mais amplas, como por exemplo, toda uma região em que ocorreu um conflito – só para citar o tema deste artigo. Inclusive, o autor salienta que esse alargamento do segundo uso se refere ao estudo das relações entre meio natural e ações culturais. Dessa forma, o primeiro sugere mais a uma questão de método, enquanto o segundo uma significação de uma área da arqueologia.

Essas diferentes dimensões da paisagem foram sintetizadas por Knapp e Ashmore (1999), as quais propuseram três diferentes descrições interpretativas: paisagens construídas, paisagens conceitualizadas e paisagens ideacionais, que podem assim ser resumidas. As paisagens construídas são muito mais verificáveis no espaço pesquisado, pois se referem diretamente àquelas evidências materiais registradas por boa parte dos arqueólogos, formadas por estruturas diversas que geralmente levam o nome de “sítio arqueológico”. Em muitos estudos, inclusive, é o único “tipo” registrado e considerado na interpretação, possuindo correlação com a definição da UNESCO para a paisagem classificada como “claramente definida”, isto é, nitidamente transformada por ação antrópica. Já as paisagens

conceitualizadas possuem como característica básica as ações de cunho religioso, artístico e culturais investidas na paisagem, mas não necessariamente transformadas por atividades humanas. Por fim, as paisagens ideacionais são constituídas das percepções imaginativas e emocionais daqueles grupos ou indivíduos que a conceberam e ali viveram, e que podem parcialmente serem acessadas pela arqueologia em contribuição com outras áreas, como a antropologia com foco nos mitos e a história oral. O maior problema neste caso, obviamente reside no fato de que os arqueólogos, na maior parte das vezes, interpretam o passado a partir de suas próprias concepções ideacionais, tomando como base um mundo no mais das vezes radicalmente diferente daquele sendo pesquisado.

Esses autores também exploram alguns temas que tem como pano de fundo as paisagens arqueológicas, perscrutam alguns “tipos” de paisagem, assim sistematizadas: 1) paisagem como memória: tida como a materialização da memória dos grupos ou indivíduos, embora alguns estudos apontem para o fato de que a memória é muito mais fruto da construção do que propriamente do resgate histórico; 2) paisagem como identidade: os povos marcam a paisagem com seus signos de identidade e, em contrapartida, o meio social cria seus sinais de identificação com seus ocupantes, criando-se em certos espaços, portanto, elementos que fornecem a substância identitária, a identificação do eu com meu mundo; 3) paisagem como ordem social: as paisagens oferecem pistas para a interpretação das diferentes sociedades, ela mesmo agindo como meio cujos indivíduos negociam e estruturam a organização social e as relações culturais; 4) paisagem como transformação: mudam-se as paisagens de modo lento ou abruptamente, mas as razões devem ser investigadas considerando-se múltiplos fatores, como os momentos históricos envolvendo tensão, contestação, conquistas externas e até catástrofes naturais. Além disso, cabe referenciar que os antigos sítios podem, com o passar do tempo, receber novos usos e significados, ou ainda feições geológicas naturais a serem interpretadas no presente como monumentos de povos do passado (KNAPP; ASHMORE, 1999, p. 13-19).

Para aqueles que estão se debruçando sobre temas mais recentes, sobretudo relativos aos conflitos da chamada era da “guerra industrial”, emergida ainda no século XIX, mas colocada sob os holofotes a partir da Primeira Guerra Mundial, há de se ter uma relação também com a “arqueologia contemporânea”, que recentemente vem ganhando espaço em publicações, contando também com uma revista própria (*Journal of Contemporary Archaeology*).

Neste sentido, cabe esclarecer que na arqueologia, análogo àquele dos movimentos dos *Annales*, na Nova História, da primeira metade do século XX, que advogam uma história total, ou “tudo é história” (BURKE, 1997), para a qual “tudo é arqueologia”, tal a diversidade de temas e objetos de estudo que emergem periodicamente nas revistas especializadas.

Enquanto alguns veem tal movimento como “pulverização” do campo de atuação da arqueologia, ao contrário, entende-se que neste momento, o campo de estudos passa por um processo de maturação jamais visto, com temáticas que ultrapassam a imaginação e dispensam o dogma de que é necessário escavar para fazer arqueologia.

Assim, temas mais recentes como as guerras do século XX vêm ganhando força e têm-se produzido materiais de qualidade que trazem contribuições reais para temas já consolidados na historiografia, a partir de novos dados oriundos do estudo da cultura material.

A partir de agora, este estudo apresenta alguns sítios, estruturas e artefatos que vêm sendo pesquisados sob a ótica das materialidades dos conflitos. Contudo, é preciso, antes, esclarecer que as áreas em que comumente se trabalha apresentam riscos maiores do que em outros sítios arqueológicos, uma vez que decorreram ações bélicas naquele lugar e muitos projéteis dos mais variados tipos podem não ter sido deflagrados.

Há que se ter, portanto, muito cuidado em relação aos caminhamentos e levantamentos, bem como às escavações. Em uma situação ideal, como ocorre com várias equipes de pesquisadores mundo afora, quando uma escavação encontra um artefato não deflagrado (projéteis de obuses e canhões maiores, por exemplo), evacua-se imediatamente a área e aciona-se um esquadrão antibombas para que faça, de forma segura, a retirada e destruição do referido artefato.

É sabido, contudo, que esta regra não é obedecida no Brasil, onde há inúmeras dificuldades estruturais e financeiras para que se desenvolvam pesquisas, além das dificuldades de contar com uma equipe especializada para tal atividade.

Muitas áreas de países da Europa (França, Bélgica, Países Baixos, Finlândia, Rússia, entre outros) estão, até hoje, proibidas da livre circulação de pessoas, por conta da quantidade ainda presente de tais artefatos, tendo se tornado comum, desde o fim da guerra, que ocorram acidentes capazes de culminar em danos físicos ou em mortes. Em Moçambique, por exemplo, há casos de extensas áreas com minas não ativadas – fato que acarreta sérios problemas para o desenvolvimento de atividades de pesquisa. Em suma, por se estar trabalhando com material bélico, cuidados adicionais devem ser tomados, para que acidentes não ocorram³³.

Com relação às guerras em solo americano, há que se destacar que os conflitos levados a efeito entre os diferentes povos originários, antes e durante o período de invasão europeia, em muitos casos, como entre os povos Tupi, a função da guerra era constituinte do próprio ser, intrínseca a sua cultura e sua identidade (ver VIVEIROS DE CASTRO, 2002).

Sobre o período pré-conquista europeia tem-se o polêmico estudo de LeBlanc (2004), cujo mérito é o levantamento de muitos dados arqueológicos sobre os conflitos em sociedades tradicionais (com ênfase nas sociedades indígenas), que advoga que as contendas entre os povos originários eram constantes por razões puramente biológicas, afirmação que pode ser questionada, uma vez que conflitos são, sobretudo, construções socioculturais, políticas e econômicas, como diversos outros elementos da vida humana.

Para o caso do Brasil, tem-se uma análise dos conflitos no período pré-colonial realizada por Lino *et al.* (2021). Há que se recordar daquilo que Henrique Dussel (2008) chamou de “encobrimento” da América com a imposição do sistema-mundo moderno eurocêntrico, de onde emergiram centenas de conflitos decorrentes dos processos de conquista europeia e da conseqüente resistência dos povos indígenas.

Neste sentido, um exemplo cabível é o trabalho de Matthew Liebmann (2012) sobre as revoltas indígenas na região de fronteira entre os impérios espanhóis e ingleses (hoje, no estado norteamericano do Novo México), durante o século XVII, com escavações de sítios de resistência indígena sob a ótica do que o referido autor chama de “crítica pós-colonial”.

Ainda na seara das resistências coloniais, é possível mencionar as investigações arqueológicas sobre a escravidão e suas formas de resistência, com destaque para as revoltas africanas contra o trabalho escravo nas Américas. O autor deste artigo visitou, em 2016, Curaçao, nas Antilhas Holandesas, com o intuito de fazer um levantamento inicial das possibilidades de pesquisa sobre o assunto naquela ilha, antiga colônia holandesa que, até abolir a escravidão em 1863 (KLOOSTER; OOSTINDIE, 2011), viu surgir em seu solo uma série de revoltas e conflitos cuja memória material ainda pode ser observada. Por assim ser, é possível presumir que há um grande potencial de pesquisa na paisagem cultural da resistência.

³³ Para exemplos de como a arqueologia está lidando com essas situações no caso de sítios da Segunda Guerra Mundial, ver Robertshaw e Kenyon (2008).

O caso brasileiro de maior destaque é, certamente, o Quilombo dos Palmares que foi submetido a intensas pesquisas arqueológicas, a partir da década de 1980, por inúmeros investigadores, que propiciaram, por meio de seus estudos, uma série de novas informações à historiografia do complexo de cidades dos resistentes africanos (e outros grupos) no nordeste brasileiro nos séculos XVI e XVII (CARVALHO; FUNARI, 2005).

Os campos de batalha têm sido estudados de forma minuciosa, considerando estes locais, em sua maioria como espaços em campo aberto onde ocorreram contendas entre dois oponentes, muito comuns desde a disciplinarização das falanges militares gregas na antiguidade clássica (MORRIS, 2015).

Estudiosos têm se debruçado sobre pesquisas com focos diversos, como a reconstrução dos movimentos das tropas de lado a lado, alguns alcançando precisão de minutos com relação às ações na batalha. Seguem, também, pesquisas sobre o cotidiano e a cultura material dos combatentes (alimentação, vestuário, medicamentos), tecnologia bélica (armamentos e projéteis) e análise dos esqueletos com especial ênfase nas causas das mortes. Tem-se, como ilustração, as pesquisas nas batalhas de Blood Meadows na Grécia (CARMAN; CARMAN, 2006), Waterloo na Bélgica (EVANS *et al.*, 2019), a já citada Little Big Horn (SCOTT, 2013), dentre muitas outras.

As fortificações e demais sistemas defensivos são encontrados por arqueólogos em contextos de períodos muito antigos, desde a pré-história. Compostos por materiais diversos, disponíveis, de modo geral, próximos dos sítios há de se destacar a presença de paliçadas, como no caso das aldeias indígenas Tupi da costa brasileira (LINO *et al.*, 2013), fossos, muralhas, castelos, vilas fortificadas e fortalezas que acompanharam a evolução das técnicas de balística e impacto dos projéteis.

Trata-se dos sítios mais pesquisados antes da consolidação da área de arqueologia do conflito. Sem necessidade de sair do Brasil, há dezenas de publicações que fornecem inúmeras informações arqueológicas sobre as fortalezas (ver exemplos em SOARES, 2015).

Com a instalação, sobretudo no contexto da Guerra Fria, de ditaduras mundo afora, surgiu a contrapartida: os grupos que resistiram à ausência de estados democráticos e direitos básicos, cuja forma de confronto, é, de modo geral, a luta armada. Dentre as materialidades criadas por estes eventos, destacam-se os “aparelhos” de tortura e as valas coletivas. Estruturas arquitetônicas clandestinas foram transformadas em espaços de prisão e tortura de pessoas acusadas de conspiração, ameaça à “ordem”, entre outros. Embora alguns desses espaços tenham sido destruídos junto de seus arquivos e provas materiais, alguns foram preservados, e a arqueologia vem contribuindo com análises instigantes, como em diversos casos na América Latina (ZARANKIN; SALERNO, 2013).

Muitos mortos pelos regimes ditatoriais foram enterrados em valas comuns que, quando descobertas, vêm sendo escavadas com técnicas arqueológicas e forenses, que podem resultar na identificação de muitos desaparecidos, como os trabalhos desenvolvidos na Argentina (CROSSLAND, 2002), e os casos da Guatemala e da ex-Iugoslávia (SAUNDERS, 2002), dentre muitos outros.

Nas duas grandes guerras mundiais, foram escavados, sistematicamente, muitos quilômetros de trincheiras, locais que, além de servirem como proteção aos ataques inimigos, também se consagraram como moradias para os soldados, que, salvo exceções, passavam 24 horas por dia nestes locais.

Por isso, além das escavações revelarem material bélico e restos humanos, elas recuperaram uma infinidade de cultura material relacionada ao cotidiano dos soldados que lá viveram e combateram: roupas, calçados, material de higiene, fotografias, cadernos, tesouras, medicamentos, crucifixos. Destacam-se aqui os intensos trabalhos empreendidos na Bélgica (Figura 1), que surgiram, aliás, por conta de projetos de arqueologia de contrato, em decorrência de licenciamentos de construção e ampliação de rodovias na região (SAUNDERS, 2010).

Figura 1. Trincheira restaurada e musealizada, região de Ypres, Bélgica.

Fonte: Foto do autor, 2016.



Em meio às guerras e conflitos, muitos túneis e galerias subterrâneas (deliberadamente abertos ou naturalmente existentes) foram utilizados tanto para a proteção aos ataques quanto para o armazenamento de munições, alimentos e outros suprimentos, servindo como hospital ou, ainda, escavados para alcançar posições inimigas.

Além dos objetos deixados para trás, encontram-se, usualmente, inscrições, gravadas ou pintadas nas paredes, que fornecem valiosas informações sobre os usuários confinados nestes espaços, formando paredes que, a despeito da distância temporal, pouco diferem das gravuras rupestres da pré-história, com desenhos de figuras, inscrições abstratas, nomes de combatentes, frases, etc.

Matthew Leonard (2016), arqueólogo e integrante de um grupo especializado na exploração desses espaços (Durand Group), apresenta, sob uma perspectiva fenomenológica, as pesquisas desenvolvidas nos túneis de Verdun, Loos e Vimy, na França, utilizados durante a Primeira Guerra Mundial.

Vilas e cidades impactadas por conflitos também são instrumentos de pesquisa na coleta de informações e interpretações sobre o passado a partir da “arqueologia do conflito”. Áreas urbanas e rurais foram devastadas em diversos combates no decorrer da história, e muitos pesquisadores estão escavando escombros, a fim de analisar as causas de destruição com riqueza de detalhes, além da recuperação de todo material outrora presente em casas, templos, indústrias, contribuindo também, nesses casos, para a montagem de um quadro histórico das paisagens e espaços anteriores aos ataques bélicos.

Nesse sentido, o autor deste artigo teve a oportunidade de participar de pesquisas que envolvem os casos a seguir : uma no oeste da Boêmia, na República Tcheca, que objetivava escavar vilas destruídas durante a Guerra dos Trinta Anos (SYMONDS; MEHLER; VAREKA, 2013) e outra sobre a destruição de diversas vilas e cidades na Lapônia (SEITSONEN; KOSKINEN-KOVISTO, 2018), Finlândia, durante a Segunda Guerra Mundial, sob a égide de um projeto de longo termo intitulado Lapland’s Dark Heritage Project (BANKS; KOSKINEN-KOVISTO; SEITSONEN, 2018).

No caso do primeiro projeto mencionado, o autor participou da *fieldschool* da Universidade de Amsterdã na República Tcheca, onde realizou uma escavação arqueológica na província de *West Bohemia*, em sítio arqueológico relacionado com a Guerra dos Trinta Anos, coordenado pelo Prof. James Symonds.

Juntamente com estudantes do bacharelado de Arqueologia da referida universidade, participou da escavação de uma casa incendiada durante este período, tendo os trabalhos de escavação tornado possíveis a observação de diversas estruturas de pedra, carvões, além de artefatos cerâmicos. Além de conhecer outros contextos e períodos da “arqueologia do conflito”, o envolvimento do autor foi importante para observar a metodologia utilizada. Na ocasião houve, também, a oportunidade de conhecer a equipe da universidade de West Bohemia que estava escavando sítios semelhantes nas proximidades, com objetivos e metodologias diversas.

O período da Guerra Fria, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, fez surgirem materialidades associadas à corrida armamentista e às constantes tensões entre os blocos capitalistas e socialistas pelo mundo afora.

Nesse contexto, destacam-se as áreas intensamente utilizadas para testes nucleares e que vêm sendo estudadas sob o olhar da arqueologia. Um exemplo é o estudo de Beck (2002) sobre as ruínas, em Nevada, de testes realizados em meados do século XX. Há também a pesquisa ilustrativa de Burstrom *et al.* (2009) sobre escavações no local em que foram depositados os armamentos em Cuba, por parte da União Soviética, durante a crise dos mísseis de 1962.

Berlim ocupa uma posição especial nos estudos arqueológicos sobre a Guerra Fria, incluindo pesquisa no aeroporto Tempelhof (POLLOCK *et al.*, 2015), quando a única maneira de se chegar a Berlim Ocidental era por este aeroporto e, obviamente, o Muro de Berlim tem sido investigado em perspectiva arqueológica (DOLF-BONEKAMPER, 2002).

Os campos de concentração e de extermínio, por exemplo, foram criados em inúmeros contextos no decorrer da história, intensificando-se, sobretudo, durante a Segunda Guerra Mundial. Quando razoavelmente preservados, obtém-se, nas pesquisas arqueológicas, uma série de informações, desde a planta arquitetônica e a disposição espacial até a escavação de artefatos depositados nas lixeiras, uma vez que os mortos estão geralmente enterrados em valas comuns e inscrições de grafite nas paredes.

Em 2016, o autor visitou o complexo de Auschwitz-Birkenau (Figura 2) e, para além da experiência sensorial terrível ao visitar um espaço onde mais de um milhão de pessoas foram mortas, pôde constatar o quanto a cultura material ainda está presente, passível de estudos arqueológicos e patrimoniais (OLIVIER, 2001).

Uma câmara de gás, por exemplo, ainda em ruínas, além de alojamentos, celas prisionais e milhares de objetos que pertenciam aos prisioneiros expostos em um dos prédios, como as bagagens, vestuários, artigos de higiene e até pelos capilares. O livro organizado por Myers e Moshenska (2011) enriquece a visão acerca da diversidade de estudos arqueológicos sobre estes lugares, considerando, nesse contexto, também o caso de várias prisões estudadas por meio de um viés arqueológico.

Figura 2. Ruínas de uma câmara de gás no complexo de extermínio de Auschwitz-Birkenau, Polônia.

Fonte: Foto do autor, 2016.



Hospitais e alojamentos de atendimento médico provisórios foram instalados na retaguarda de muitos conflitos. Tempos depois, foram escavados, e, para além do estudo arquitetônico quando ainda presentes em cotas positivas, o estudo das áreas de descarte provém um rico material com informações sobre os tipos de tratamentos, lesões, medicamentos utilizados, dentre tantos outros procedimentos médicos.

Como integrante da equipe do já mencionado Lapland's Dark Heritage Project, o autor participou, em agosto de 2016, da escavação de um local onde outrora havia sido um hospital alemão (Figura 3). Na ocasião, foram encontrados milhares de artefatos, como medicamentos, louças (com o carimbo do III Reich), restos humanos ósseos, dentre outros objetos. O projeto, coordenado pelas universidades de Oulu e Helsinki, objetiva pesquisas de longa duração que estudam os remanescentes materiais da Segunda Guerra Mundial naquela vasta região da Escandinávia.

Neste trabalho de campo, em 15 dias, foram realizadas uma série de diferentes atividades, a saber: escavação de um hospital alemão, em que foi realizado um importante trabalho de arqueologia comunitária, envolvendo a participação de diferentes segmentos da sociedade na etapa de campo; visitas e levantamentos em diversos lugares de relevância histórica, como campos de concentração, escritórios, bunkers, áreas de bombardeio, vilas bombardeadas, quartéis-generais e demais locais que foram construídos pelos alemães no decorrer do conflito. Museus que contam a história do conflito na região também foram visitados.

Neste sentido, há de se destacar as conferências que os pesquisadores faziam e eram abertas ao público. Participaram desta etapa, além de pesquisadores das duas instituições finlandesas e do autor, profissionais das universidades de Glasgow e do College London.

Figura 3. Fragmento de louça com estampa do III Reich, encontrada em escavação de hospital alemão da Segunda Guerra Mundial, em Lapônia, Finlândia.

Fonte: Foto do autor, 2016.



Por causa das inúmeras ameaças de bombardeios aéreos, várias cidades construíram planos de evacuação utilizando-se de abrigos subterrâneos conhecidos como *bunkers*.

Ainsworth *et al.* (2018) realizaram pesquisas arqueológicas em abrigos antiaéreos no Reino Unido, documentando estruturas e objetos que contribuíram para um melhor entendimento dos usos desses espaços confinados. Alguns abrigos semelhantes foram construídos em superfície, não somente com intuito de protegerem dos bombardeamentos que vêm do céu, como também de ataques em terra, tal qual um visitado pelo autor, na Finlândia, construído em concreto.

A respeito de aviões, há inúmeros estudos arqueológicos sobre veículos aéreos usados em contexto de guerras, inclusive há uma expressão característica: *aircraft archaeology* – ver, por exemplo, Smith (2004). Navios, submarinos e outras embarcações afundadas durante as guerras também têm sido objeto de estudo, como pode se ver nos casos apresentados no livro organizado por McKinnon e Carrell (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o estudo das paisagens de conflitos faz-se necessário em face de dois momentos distintos que se complementam quando o assunto é produzir pesquisa sobre as materialidades dos conflitos.

Além de investigar os próprios eventos e lugares a eles associados, como os campos de batalha, fortificações e tudo aquilo já citado anteriormente, também deve-se pesquisar a paisagem arqueológica do pós-conflito, composta por museus, cemitérios e monumentos.

Da conjugação destes dois momentos, tem-se então uma visão conjunta e de longa duração do objeto de estudo sobre o qual se está debruçando. Sustenta-se, então, a perspectiva de realização de “biografias do lugar”, nos moldes desenvolvidos no livro organizado por Sorensen e Viejo-Rose (2015), cujos espaços em que ocorreram conflitos são historicizados desde o seu surgimento como *locus* de contendas até a sua transformação em lugar de memória, lembrado ou esquecido pelas comunidades, musealizados ou não, monumentalizados ou não.

No Brasil, há ainda poucos profissionais dedicando-se especificamente à área, a despeito da quantidade enorme de conflitos que possuem potencial arqueológico. Em 2013, o autor organizou, juntamente com Pedro Paulo Funari, um livro chamado “Arqueologia da Guerra e do Conflito” (LINO; FUNARI, 2013), no qual foram lançadas bases para uma “arqueologia da guerra e do conflito” no Brasil.

Neste volume, pode-se acessar uma variedade de temas que tem como ponto de partida os elementos históricos de violência na história do Brasil: conflitos na pré-história, missões jesuítico-guaranis, fortalezas, Guerra de Canudos, Guerra do Contestado, Ditadura Militar, dentre outros temas.

A área é promissora e, embora recente no Brasil, promete desenvolver-se rapidamente nos próximos anos. Este artigo apresentou apenas alguns exemplos de pesquisas e estruturas arqueológicas que vêm sendo exploradas no campo da arqueologia do conflito, havendo muitas outras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AINSWORTH, Joseph T. *et al.* Geophysical investigations of WWII air-raid shelters in the UK, *Journal of Conflict Archaeology*, v. 3, n. 13, p. 167-197, 2018. DOI: <https://doi.org/10.31223/osf.io/udk46>.
- BANKS, Iain; KOSKINEN-KOIVISTO, Eerika; SEITSONEN, Oula. Public engagements with Lapland’s dark heritage: community archaeology in Finnish Lapland. *Journal of Community Archaeology and Heritage*, v. 2, n. 5, p. 128-137, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/20518196.2017.1383672>.
- BECK, Colleen M. The archaeology of scientific experiments at a nuclear testing ground. In: SCHOFIELD, John; JOHNSON, Willian G.; BECK, Colleen (org.). *Matériel Culture: the archaeology of twentieth century conflict*. London (UK): Routledge, 2002. p. 65-79.
- BOADO, Felipe Criado. *Del terreno al espacio: planteamientos y perspectivas para la Arqueología del paisaje*. Galicia (ES): Grupo de Investigación em Arqueología del Paisaje, Universidad de Santiago de Compostela, 1999.
- BRANTON, Nicole. Landscape approaches in historical archaeology: the archaeology of places. In: MAJEWSKI, Teresita; GAIMSTER, David (org.). *International handbook of historical archaeology*. New York (US): Springer, 2009. p. 51-66.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- BURSTROM, Mats *et al.* Memories of a world crisis: the archaeology of a former Soviet nuclear missile site in Cuba. *Journal of Social Archaeology*, v. 9, n. 3, p. 295-318, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1177/1469605309337884>.

- CARMAN, John. *Archaeologies of conflict*. London (UK): Bloomsbury, 2013.
- CARMAN, John; CARMAN, Patricia. *Bloody meadows: investigating landscapes of battle*. Stroud (UK): The History Press, 2006.
- CARVALHO, Aline V. de; FUNARI, Pedro P. *Palmares: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CROSSLAND, Zoe. Violent spaces: conflict over the reappearance of Argentina's disappeared. In: DARVILL, Timothy; BARRAS, Kerry; DRYSDALE, Laura; HEASLIP, Vanessa; STAELENS, Yvette. *Historic Landscapes and Mental Well-Being*. Oxford (UK): Archaeopress, 2019. p. 253-265.
- DOLF-BONEKAMPER, Gabi. The Berlin Wall: an archaeological site in progress. SCHOFIELD, John; JOHNSON, Willian G.; BECK, Colleen (org.). *Matériel culture: the archaeology of twentieth century conflict*. London (UK): Routledge, 2002. p. 236-248.
- DUSSEL, Henrique. Meditaciones anticartesianas: sobre el origen del antidiscurso filosófico de la modernidad. In: GROSFOGUEL, Ramón; HERNANDEZ, Roberto Almanza (org.). *Lugares descoloniales: espacios de intervención em las Américas*. Bogotá (CO): Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2008. p. 9-61.
- EVANS, Mark et al. Waterloo Uncovered: from discoveries in conflict archaeology to military veteran collaboration and recovery on one of the world's most famous battlefields. In: DARVILL, Timothy; BARRAS, Kerry; DRYSDALE, Laura; HEASLIP, Vanessa; STAELENS, Yvette. *Historic Landscapes and Mental Well-Being*. Oxford (UK): Archaeopress, 2019. p. 253-265.
- FERNÁNDEZ, Ángela P. et al. Perimortem fractures in the osteological collection of Aljubarrota (Portugal). *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 40, p. 82-88, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaa.2015.06.003>
- FUNARI, Pedro P. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.
- KNAPP, Bernard; ASHMORE, Wendy. Archaeological landscapes: constructed, conceptualized, ideational. In: ASHMORE, Wendy; KNAPP, Bernard. *Archaeologies of Landscape: contemporary perspectives*. Massachusetts (US): Blackwell, 1999. p. 1-30.
- KLOOSTER, Wim; OOSTINDIE, Geert. *Curaçao in the Age of Revolutions, 1795-1800*. Amsterdam (NL): KITLV Press, 2011.
- KNAPP, Bernard; ASHMORE, Wendy. Archaeological landscapes: constructed, conceptualized, LEBLANC, Steven A. *Constant Battles: Why we fight*. New York (US): St. Martin's Griffin, 2004.
- LEONARD, Matthew. *Beneath the Killing Fields: exploring the subterranean landscapes of Western front*. South Yorkshire (UK): Pen and Sword, 2016.
- LIEBMANN, Matthew. *Revolt: an archaeological history of Pueblo Resistance and revitalization in 17th Century New Mexico*. Tucson (US): University of Arizona Press, 2012.
- LINO, Jaisson T. et al. Guerra, conflito e violência na pré-história brasileira. In: LINO, Jaisson T.; FUNARI, Pedro P. (org.). *Arqueologia da guerra e do conflito*. Erechim: Habilis, 2013. p. 23-42.
- LINO, Jaisson T. et al. Warfare archaeology in Brazilian prehistory: an overview. *Habitus*, v. 19, n. 2, p. 302-326, 2021.
- LINO, Jaisson T.; FUNARI, Pedro P. (org.). *Arqueologia da guerra e do conflito*. Erechim: Habilis, 2013.
- LINO, Jaisson T.; SYMONDS, James. Arqueologia da Guerra do Contestado (1912-1916): conflito, cultura material e memória. *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 15, n. 1, p. 5-25, 2021.

- LINO, Jaisson T.; SYMONDS, James; FUNARI, Pedro P. Conflict, memory and material culture: the archaeology of the Contestado War (1912-1916). In: NEWSON, Paul; YOUNG, Ruth (org.). *Post-conflict Archaeology and Cultural Heritage*. London (UK): Routledge, 2018. p. 72-90.
- MCKINNON, Jennifer F.; CARRELL, Toni L. *Underwater archaeology of a pacific battlefield: the WWII Battle of Saipan*. New York (US): Springer, 2015.
- MORRIS, Ian. *Guerra: o horror da guerra e seu legado para a humanidade*. São Paulo: Leya, 2015.
- MYERS, Adrian; MOSHENSKA, Gabriel (org.). *The Archaeologies of Internment*. New York (US): Springer, 2011.
- OLIVIER, Laurent. The archaeology of the contemporary past. In: BUCHLI, Victor; LUCAS, Gavin (org.). *Archaeologies of contemporary past*. London (UK): Routledge, 2001. p. 175-188.
- PIRES, Nuno F. P. *Batalha de Aljubarrota: novos elementos interpretativos*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2019.
- POLLARD, Tony; BANKS, Iain. Why a journal of conflict archaeology and why now? *Journal of Conflict Archaeology*, v. 1, n. 1, p. 3-7, 2005.
- POLLOCK, S.; BERNBECK, R. A gate to a darker world: excavating at the Tempelhof Airport. GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo; MOSHENSKA, Gabriel (org.). *Ethics and the archaeology of violence.. Ethical Archaeologies*. New York (US): Springer, 2015.
- RAHTZ, Philip. *Convite à arqueologia*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- ROBERTSHAW, Andrew; KENYON, Dame. *Digging the trenches: the archaeology of the western front*. Barnsley (UK): Pen and Sword, 2008.
- SAUNDERS, Nicholas. *Killing time: archaeology and the First World War*. Stroud (UK): History Press, 2010.
- SAUNDERS, Rebecca. Tell the truth: the archaeology of human rights abuses in Guatemala and the former Yugoslavia. In: SCHOFIELD, John; JOHNSON, Willian G.; BECK, Colleen (org.). *Matériel culture: the archaeology of twentieth century conflict*. London (UK): Routledge, 2002. p. 103-114.
- SCHOFIELD, John; JOHNSON, Willian G.; BECK, Colleen (org.). *Matériel culture: the archaeology of twentieth century conflict*. London (UK): Routledge, 2002. p. 115-131.
- SCOTT, Douglas. C. *Uncovering History: Archaeological investigations at the Little Big Horn*. Norman (US): University of Oklahoma Press, 2013.
- SEITSONEN, Oula; KOSKINEN-KOIVISTO, Eerika. 'Where the F... is Vuotso?': heritage of Second World War forced movement and destruction in a Sámi reindeer herding community in Finnish Lapland. *International Journal of Heritage Studies*, v. 24, n. 4, p. 21-41, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/13527258.2017.1378903>.
- SMITH, Tim. Plane Sailing: The archaeology of aircraft losses over water in New South Wales, Australia. *Bulletin of the Australasian Institute for Maritime Archaeology*, v. 28, p. 111–122, 2004.
- SOARES, Fernanda C (org.). *Arqueologia das Fortificações: perspectivas*. Florianópolis: Lagoa, 2015.
- SORENSEN, Marie L. S.; VIEJO-ROSE, Dacia (org.). *War and Cultural Heritage: Biographies of places*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2015.

SYMONDS, James; MEHLER, Natascha; VAREKA, Pavel. Archaeological Perspectives on the Thirty Years' War. Proceedings of 19th EAA Annual Meeting, Pilsen (CZ), 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/3666385/Archaeological_Perspectives_on_the_Thirty_Years_War. Acesso em: 22 ago. 2022.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

ZARANKIN, Andrés; SALERNO, Melisa A. Depois da tempestade: arqueologia da repressão na América Latina. In: LINO, Jaisson T.; FUNARI, Pedro P (org.). *Arqueologia da guerra e do conflito*. Erechim: Habilis, 2013. p. 213-230.